



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FCE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA**

FLÁVIO ENCARNAÇÃO ROCHA

**ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO E GRAU DE ABERTURA DA
ECONOMIA BAIANA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000 – 2010**

**SALVADOR
2012**

FLÁVIO ENCARNAÇÃO ROCHA

**ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO E GRAU DE ABERTURA DA
ECONOMIA BAIANA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000 – 2010.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

**SALVADOR
2012**

FLÁVIO ENCARNAÇÃO ROCHA

**ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO E GRAU DE ABERTURA DA
ECONOMIA BAIANA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000 – 2010.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Antônio Ricardo Dantas Caffé
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profª. Msc. Ana Elisia de Freitas Merelles
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais por todo apoio e dedicação ao longo de minha vida pessoal e profissional.

Agradeço, também, ao orientador e amigo Henrique Tomé da Costa Mata, por permitir que este trabalho fosse possível de ser elaborado, devido aos seus ensinamentos e sua bagagem teórica.

Aos meus amigos, tanto os antigos quanto os novos, agradeço por fazerem parte de minha vida, sem vocês eu também não teria conseguido chegar onde estou.

À Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, pela formação de profissionais capacitados.

À Cati, por todo amor e carinho que me foi ofertado.

RESUMO

O desenvolvimento do Brasil na primeira década do século XXI teve como causa, dentre outros, o maior volume de comercialização de seus produtos com o estrangeiro, e as políticas governamentais em prol da busca de novos parceiros comerciais têm surtido efeito, o que pode ser comprovado mediante os crescentes fluxos de comércio com os países asiáticos, africanos e do oriente médio. Apesar da crise econômica que iniciou em 2008, a Bahia e o Brasil apresentam resultados satisfatórios relacionados com o comércio internacional. Este trabalho tem, por objetivo, analisar a estrutura e composição do comércio da economia baiana e elaborar um estudo sobre o grau de abertura deste Estado, no período de 2000 – 2010, visando identificar o seu padrão de comércio neste período. Será feito um estudo a partir dos principais produtos comercializados, bem como as regiões de produção, a fim de saber se, com o advento da abertura econômica e os novos acordos comerciais brasileiros, houve maior diversificação na pauta de exportações ou centralização de produção.

Palavras-chave: Comércio Exterior: Pauta de Exportação: Economia Baiana: Grau de Abertura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	METODOLOGIA	10
3	REVISÃO DE LITERATURA	11
3.1	EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO NO BRASIL	11
3.2	O COMÉRCIO EXTERIOR E SUAS PREMISSAS	12
3.3	A VANTAGEM COMPARATIVA E OS GANHOS DE COMÉRCIO	14
3.4	INTEGRAÇÃO E A CRIAÇÃO DE COMÉRCIO	15
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
4.1	ESTRUTURA DA PAUTA COMERCIAL BAIANA	17
4.1.1	Comportamento do PIB no período 2000 – 2010	17
4.1.2	Análise do comércio exterior da Bahia	21
4.1.3	Composição da pauta de exportação baiana	31
4.2	ANÁLISE DO GRAU DE ABERTURA DO COMÉRCIO BAIANO	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	45
	APÊNDICE	47

1 INTRODUÇÃO

A Bahia possui, entre os Estados brasileiros, o nono maior volume de exportação do país, que em 2010 chegou perto dos US\$ 9 bilhões de dólares Free On Board (FOB).

A maioria desses produtos oriundos do estado baiano é considerada como de elevado grau de industrialização, o que leva à conclusão de que a pauta de exportações baianas mudou com o decorrer do tempo, haja vista que, na década de 50, as exportações do Estado estavam concentradas em produtos agropecuários, em destaque, o cacau.

Com a descoberta do petróleo no Estado, houve incentivos dos governos estadual e federal no desenvolvimento da indústria petroquímica. Neste mesmo período, ocorreu a criação da Petrobras, em 1954, bem como a Refinaria Landolfo Alves, localizada no município de São Francisco do Conde, na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Com o passar das décadas, houve incremento de investimentos para o desenvolvimento dessa indústria, que levou à criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), ambas as estruturas que provocaram mudanças na base produtiva do Estado.

Segundo Dias e Pinheiro (2007), a crise econômica que ocorreu na década de 1980 fez com que a Bahia perdesse parte de seu mercado interno, levando as empresas dos setores petroquímicos e metalúrgicos a buscarem o mercado externo, e foi a partir dessa nova orientação que esses setores passaram a ter maior relevância na pauta das exportações baianas.

Os anos 1990 foram marcados pela abertura comercial, fazendo com que os setores petroquímico e metalúrgico perdessem parte de seu mercado, devido à competição de preços dos produtos oriundos do estrangeiro. Porém, foi neste mesmo período que surgiu a indústria de celulose no extremo sul do Estado, que hoje se configura como um dos maiores componentes das exportações baianas.

Na primeira década do século XXI, o Estado viveu um período de crescimento econômico relevante, cujo maior crédito se deve à relação do seu comércio externo. Após a mudança no regime cambial, em 1999, quando a taxa de câmbio passou a ser regulada pelo mercado, o

Brasil, e conseqüentemente, a Bahia, viveram e ainda vivem em um momento de crescimento e expansão de mercado.

Aliada à mudança do regime cambial, outra medida governamental provocou maior dinamismo do comércio internacional dos estados brasileiros, qual seja, a política externa mais agressiva, a partir de 2003. A busca de novos parceiros comerciais, como os países do Oriente Médio, Ásia e África, podem ser também responsáveis por este desempenho das exportações nacionais.

O estudo da estrutura e composição do comércio da economia baiana é de extrema relevância, no momento em que possibilita ao governo a adoção de certas políticas econômicas que venham a proporcionar um maior padrão de comercialização desses produtos, seja por meio de incentivos fiscais, seja pela melhoria das vias de escoamento desses produtos, e também através da criação de novos polos produtivos, a fim de dinamizar ao máximo a produção e a comercialização dos produtos por toda a extensão do Estado da Bahia.

O objetivo geral deste trabalho visa realizar um estudo a respeito da estrutura e composição do comércio baiano através de sua pauta de comércio externo, analisando as atividades comerciais no período de 2000 – 2010, visando identificar se, com a abertura econômica e os novos acordos de comércio internacional, nos anos 2000, houve maior dinamismo na pauta de exportação dos principais produtos comercializados na primeira década do século XXI.

Correlacionado a este objetivo, alguns objetivos específicos foram considerados, a saber: a) identificar quais setores, segmentos e produtos foram mais dinâmicos; b) verificar a composição do comércio exterior baiano, a fim de observar se o estado está direcionado à produção de produtos com maior valor agregado; c) analisar as regiões baianas mais dinâmicas no tocante ao crescimento do comércio, visando estabelecer as políticas de estímulo ao crescimento; e d) fazer um estudo acerca do grau de abertura da Bahia e do Brasil.

Em função destes fatos, levanta-se a hipótese de que a inserção do Brasil neste novo cenário mundial de comércio internacional conduziu o Estado da Bahia para um ambiente de baixa diversificação na sua pauta de exportação, caracterizado por produtos de baixo valor agregado e impossibilitando a exploração de outros segmentos que pudessem vir a ser competitivos.

Essa ideia surge do fato da Bahia ter uma forte concentração de produção na Região Metropolitana de Salvador, na produção de poucos segmentos, e entre alguns outros municípios, como os da região Oeste do Estado, especializados na produção de grãos.

.

2 METODOLOGIA

Segundo o SIDE - Sistema de Dados Estatísticos (2007), a Bahia está dividida em quinze regiões econômicas, a saber: Baixo-Médio São Francisco, Chapada Diamantina, Extremo Sul, Irecê, Litoral Norte, Litoral Sul, Médio São Francisco, Metropolitana de Salvador (Município Madre de Deus), Nordeste, Oeste (Município de Barreiras), Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Recôncavo Sul, Serra Geral, Sudoeste. Entretanto, será abordado a respeito de alguns poucos polos produtivos significantes.

O trabalho será desenvolvido da seguinte forma: primeiramente, será feita uma abordagem a respeito da evolução do comércio no Brasil desde a década de 1950 até os dias atuais. Em seguida, será feita uma breve revisão sobre o conceito de comércio exterior, bem como de suas premissas e características. Ainda nestes aspectos, se desenvolvem as teorias sobre o grau de abertura e desenvolvimento econômico, as vantagens comparativas, os ganhos de comércio, a integração e a criação de comércio.

O método adotado no tratamento de dados consistirá de análise gráfica e exposição de dados em tabelas, com base nas estatísticas obtidas de *sites* especializados, de diferentes fontes.

As variáveis utilizadas foram obtidas de uma dispersa base de informações, algumas públicas, como o IPEADATA, MDIC, SEI, ALICEWEB, BNDES, CEPAL, MERCOSUL, entre outras elaboradas por pesquisadores, em artigos disponíveis em portais como o SCIELO, NEC UFBA, etcetera.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO NO BRASIL

O comércio se caracteriza como uma das bases de sustentação para o crescimento e desenvolvimento de um país. No Brasil, a evolução do comércio se deu em várias etapas, cada uma com sua importância para o desenvolvimento da economia nacional.

A primeira delas ocorreu nos anos 1970 e início dos anos 1980, em que o forte crescimento econômico brasileiro foi acompanhado de um grande volume de importações. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que foi a base do projeto de industrialização brasileira, tinha como premissas as importações de bens de capital, de petróleo e de outros bens intermediários, que dominaram a pauta comercial.

A segunda etapa iniciou com a crise da dívida externa em 1982 e se estendeu por toda esta década, mais conhecida como “a década perdida”. Esta etapa correspondeu ao período em que houve a necessidade de entrada de divisas para honrar os compromissos externos brasileiros, bem como a aplicação de diversos projetos industriais que foram desenvolvidos na primeira etapa da evolução comercial brasileira. O baixo crescimento da economia doméstica e o acentuado protecionismo brasileiro mantiveram as importações em um nível baixo e estável (CEPAL, 2010).

Já na terceira fase, referente à década de 1990, a principal característica da evolução comercial brasileira foi relacionada ao processo de liberalização comercial, em 1990, e a adoção do Plano Real, em 1994. A liberalização das importações teve como objetivo aumentar a eficiência e a competitividade da economia brasileira, resultando em benefícios em termos de aumentos das exportações (KUME; PIANI; MIRANDA, 2008). A adoção deste plano, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, trouxe mudanças significativas para a economia do país. Segundo a CEPAL:

O Plano Real teria impactos diversos sobre o desempenho comercial brasileiro: se, por um lado, a adoção do regime de câmbio fixo ensejou a sobrevalorização da moeda brasileira, por outro, o aumento da renda doméstica ampliou a demanda por importações e reduziu a oferta de bens para as exportações. Ou seja, o Plano Real veio reforçar os efeitos diretos esperados da liberalização das importações: o desempenho comercial foi

marcado pela obtenção de sucessivos déficits comerciais a partir de 1994, em função de um crescimento das importações bastante superior ao das exportações. As crises financeiras do fim da década estancaram o processo de crescimento das importações. (CEPAL, 2010, p.10)

Em relação às exportações, deveria haver a retomada de crescimento com a adoção da política cambial flutuante, em 1999, que fez com que o Real brasileiro se desvalorizasse. Entretanto, a baixa competitividade dos preços das exportações brasileiras, devido ao baixo crescimento da economia mundial, somado aos problemas de falta de energia, adiou o crescimento das exportações, que voltou a se mostrar significativa somente em 2002 (CEPAL, 2010, p.11).

A quarta fase da evolução comercial brasileira ocorreu a partir de 2002, como resultado de um forte crescimento de preços internacionais e da demanda – período esse que teve a China como um dos principais países responsáveis por essa evolução.

3.2 O COMÉRCIO EXTERIOR E SUAS PREMISAS

Tido como um subitem importante da economia, o comércio exterior surge como alternativa à expansão econômica dos países. pois o comércio integra o potencial econômico dos países. Acompanhar este novo fundamento tornou-se tema teórico central na definição de estratégias econômicas e políticas dos Estados. A abordagem do comércio exterior significa o desenvolvimento de temas relacionados à interação econômica entre as nações, temas esses que se referem aos ganhos de comércio, ao padrão de comércio, ao balanço de pagamentos, à determinação da taxa cambial, o protecionismo, à coordenação de políticas internacionais e o mercado de capitais internacional. É fato teórico relevante que esses temas estão relacionados às interações macroeconômicas, mas muitos desses temas também são aplicáveis na esfera regional, aqui analisados para elucidar o desenvolvimento da economia baiana.

A ideia básica de comércio é a de que, nas economias internacionais, existem os ganhos originados no comércio, onde os países vendem produtos e serviços uns aos outros, gerando quase sempre benefício mútuo. O comércio proporciona benefícios, que permitem que os países exportem produtos que tenham por base o uso intensivo de recursos em abundância, ao passo em que importam produtos em que a produção fizesse o uso intenso de recursos escassos nos países importadores (KRUGMAN, 2001, p.4). Além disso, segundo Krugman

(2001), o comércio internacional também permite aos países especializarem-se na produção de um limitado número de produtos, permitindo-os obter a eficiência em produção de larga escala. No entanto, deve-se atentar aos problemas advindos da especialização da produção, que, entre outros, prejudica determinados grupos produtores de bens, o que, de certo modo, enfraquece alguns setores da economia.

Em relação ao padrão de comércio, alguns aspectos intrínsecos são de fácil compreensão, como o clima e o estoque de recursos naturais, que explicam por que certos países produzem determinados tipos de produtos, haja vista os seus potenciais climáticos e/ou de recursos naturais. Mas, além disso, outros fatores explicam o porquê do padrão de comércio de determinados países. Segundo David Ricardo (2004), existe uma explicação referente às diferenças internacionais na produtividade do trabalho, explicação essa que é sustentada por algumas posições teóricas atuais. Outras explicações divergentes às ideias de Ricardo também foram estabelecidas, sendo uma delas a de que há uma relação entre os padrões de comércio com uma interação entre as ofertas relativas dos recursos nacionais, como capital, trabalho e terra e o uso desses fatores na produção dos bens (KRUGMAN, 2001, p.5).

Na Bahia, observa-se claramente que os fatores climáticos, bem como a abundância de alguns recursos naturais, padronizam o seu comércio, voltado fundamentalmente à produção de produtos agropecuários e minerais.

Em relação à política econômica, o protecionismo é o fator mais relevante no que se refere ao conflito entre a vantagem ou não do livre comércio. Desde o século XXI, com o surgimento das nações-estados modernas, há uma preocupação crescente com os efeitos da concorrência internacional sobre as indústrias nacionais, fazendo com que haja uma proteção no sentido de impor limites às importações, a exemplo, de aplicações de políticas via quotas de importação, bem como, por meio dos subsídios às exportações e até *dumping* comercial de diferentes modalidades. Entretanto, deve-se fazer um estudo prévio dos benefícios e malefícios em relação às medidas protecionistas pois, segundo Krugman (2001), “os conflitos de interesse dentro das nações são normalmente mais importantes na determinação da política comercial do que os conflitos de interesses entre as nações”, haja vista que o comércio tem normalmente efeitos de extrema relevância sobre a distribuição de renda em cada país.

Em continuação, os países e, conseqüentemente, cada estado brasileiro, visa o saldo comercial positivo ou *superavitário*, que é obtido quando se analisa o resultado do balanço de pagamentos. O registro das transações de um país com o resto do mundo é denominado balanço de pagamentos. A partir da análise deste resultado de extrema relevância na economia internacional, permite-se fazer um estudo sobre os fluxos internacionais de capital, relacionando-os com a contabilidade da renda nacional, bem como com os aspectos da política monetária internacional.

A determinação da taxa de câmbio é um dos fatores de extrema relevância na determinação do bom andamento das relações comerciais internacionais. Ela tem um papel importante no nível de comércio, visto que, através dela, há a possibilidade de tradução dos preços de diferentes países em termos comparativos. Quando há depreciação da moeda de um país em relação às moedas dos países estrangeiros, possibilita o país exportar mais, devido aos seus preços serem mais baratos e, em consequência, mais competitivos. Já as importações tornam-se mais onerosas, devido à desvalorização da moeda local em relação às moedas estrangeiras. As taxas de câmbio são determinadas no mercado cambial, segundo a lei de oferta e demanda da moeda estrangeira (KRUGMAN, 2001, p.366).

Há uma diferença entre mercados de capitais internacionais e os mercados de capitais internos. Segundo Krugman (2001) os mercados de capitais internacionais “devem cumprir regulamentações especiais que diversos países impõem ao investimento estrangeiro; eles também oferecem algumas vezes oportunidades de escapar das regulamentações estabelecidas nos mercados internos”. Aliado a essas diferenças, há também os riscos que estes tipos de mercados oferecem. Um desses riscos está relacionado às flutuações das moedas e, o outro, à inadimplência nacional (KRUGMAN, 2001, p.9).

A partir de 1999, as taxas de câmbio no Brasil foram fixadas pelo governo brasileiro, ao invés de serem determinadas pelo mercado – câmbio flutuante.

3.3 A VANTAGEM COMPARATIVA E OS GANHOS DE COMÉRCIO

Ganho de comércio é outro fator de relevância para mostrar que o comércio é uma atividade econômica relacionada à teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. A idéia de que as vantagens comparativas levam a um ganho de comércio exterior, é uma formulação

que vem sendo aceita desde as posições neoclássicas e perdura até os dias atuais. Em linhas gerais, esta teoria afirma que o comércio bilateral é sempre mais vantajoso do que a autarquia para duas economias cujas estruturas de produção não sejam similares (BAUMANN, 2004). Em continuação, o modelo ricardiano de comércio internacional sugere a especialização de cada país na exportação do produto do qual se possuem vantagens comparativas e, com isso, cada país obterá lucros neste tipo de especialização. Neste modelo, a condição necessária e suficiente é que as quantidades relativas de trabalho para produzir certos produtos sejam distintas, o que leva a um comércio exterior vantajoso para ambas as partes.

Diante deste fato, entende-se o porquê que cada estado visa a produção em massa de produtos nos quais têm relativas vantagens comparativas, no momento em que a especialização em poucos produtos torna-os, ao mesmo tempo, competitivos com o mercado internacional, fazendo com que sejam demandados por diversos países, aumentando assim o volume de comércio. Segundo o pensamento ricardiano, somente com a especialização um país obterá grandes ganhos nos negócios internacionais que envolvem a troca de bens.

3.4. A INTEGRAÇÃO E A CRIAÇÃO DE COMÉRCIO

De acordo com Baumann (2004), a integração regional deveria ser efetivada, no momento em que estimulava aos países o estabelecimento do livre-comércio, premissa que levaria ao aumento do nível de bem-estar social dentro de cada país. Ademais, a integração permite, também, que cada país se aproprie de ganhos de economias de escala, bem como o aumento da eficiência produtiva e competitividade, o que levaria a avanços tecnológicos visando a redução de custos. Entretanto, a criação de uma União Aduaneira, à exemplo do Mercosul, levaria a uma liberação das barreiras comerciais apenas dos Estados-partes, e manter-se-ia as restrições com o Resto do Mundo. Esta situação estabelecida, em que alguns países seriam beneficiados em detrimento de outros, é o que se chama de “criação de comércio” ou “desvio de comércio” (BAUMANN, 2004).

No que tange à criação do comércio, a substituição da produção nacional por produção semelhante, porém a custos mais baixos, é a causa desta criação. Com isso, se estabelece um

novo fluxo comercial entre esses países, o que acarreta em ganho de comércio. Esta política é eficaz, no momento em que possibilita maiores volumes comerciais às nações, gerando benefício, também, para o bloco econômico.

Em contrapartida, o desvio de comércio ocorre no momento em que se estimula o comércio entre os Estados-membros – quebra das barreiras comerciais entre os países integrantes – e mantêm-se as barreiras com o Resto do Mundo; substituem-se bens oriundos de países terceiros que, anteriormente, eram mais baratos e com certo grau de qualidade, por bens das nações parceiras que, devido ao tratamento discriminatório, agora são atraentes ao consumidor. Porém, esses produtos nem sempre possuem a mesma qualidade, porém são atrativos devidos aos seus preços mais competitivos.

Entretanto, como estamos nos referindo às commodities, em que os produtos são homogêneos, fica evidente que este problema em relação à qualidade do produto não se evidencia, e, portanto, a integração regional viria a estabelecer uma criação de comércio entre as nações parceiras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ESTRUTURA DA PAUTA COMERCIAL BAIANA.

Levando em conta a mudança da política cambial brasileira, em janeiro de 1999, serão analisados alguns indicadores das exportações baianas, seja em relação aos outros estados brasileiros, seja em relação à sua importância para o comércio exterior brasileiro.

Em relação aos valores do PIB da Bahia e do Brasil que serão explicitados a seguir, foi feita a conversão da moeda nacional (R\$) para o dólar americano, e, para tanto, definiu-se a taxa de câmbio média anual de 2010, que foi de US\$ 1,76, de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB). A utilização deste recurso é de suma importância para alguns estudos, como se verá a seguir, pois alguns dados secundários referentes às importações e exportações baianas e brasileiras foram obtidos com valores já convertidos a essa moeda (dólares).

4.1.1 Comportamento do PIB no período 2000 – 2010

Tabela 1 – PIB Total e *per capita*, Índices e Taxas de Crescimento. Bahia 2002-2010

Anos	PIB Total (valores correntes - R\$ milhão)	Índice do PIB real (2002 = 100)	Taxa de crescimento PIB (%)	População (Habitantes)	PIB <i>per capita</i> (valores correntes R\$ 1,00)	Índice do PIB <i>per</i> <i>capita</i> real (2002 = 100)	Taxa do PIB <i>per capita</i> (%)
2002	60.672	100,0	...	13.409.108	4.525	100,0	0,5
2003	68.147	102,2	2,2	13.544.336	5.031	101,1	1,1
2004	79.083	112,0	9,6	13.682.074	5.780	109,9	8,6
2005	90.919	117,4	4,8	13.815.334	6.581	114,1	3,9
2006	96.521	120,5	2,7	13.950.146	6.919	116,0	1,7
2007	109.652	126,9	5,3	14.080.670	7.787	121,1	4,3
2008	121.508	133,5	5,2	14.502.575	8.378	123,7	2,2
2009	137.075	132,7	-0,6	14.637.364	9.365	121,8	-1,5
2010	157.442	142,6	7,5	14.016.906	11.232	134,0	10,0

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

A Tabela 1 descreve o comportamento do Produto Interno Bruto Real (PIB real) total e *per capita* do Estado da Bahia, bem como os seus índices e taxas de crescimento entre os anos 2002 – 2010.

No período em questão, o PIB total em valores correntes teve um aumento de mais de 160% ao longo da década, enquanto que a população baiana cresceu apenas 4% neste período, o que comprova o aumento significativo do PIB *per capita* baiano. Com isso, o PIB *per capita* na Bahia, que era pouco mais de R\$4,5 mil reais em 2004, elevou-se a mais de R\$11,2 mil reais em 2010, registrando um aumento de mais de 148%, em apenas nove anos. Este aumento considerável no PIB *per capita* não leva em conta uma análise mais detalhada do desenvolvimento social do Estado, haja vista que outras variáveis necessitam ser avaliadas para se obter um estudo mais consistente da região, à exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), variáveis relativas à saúde, educação, nível de emprego, dentre outras que, somadas, obtêm resultados mais precisos quanto ao desenvolvimento global do estado.

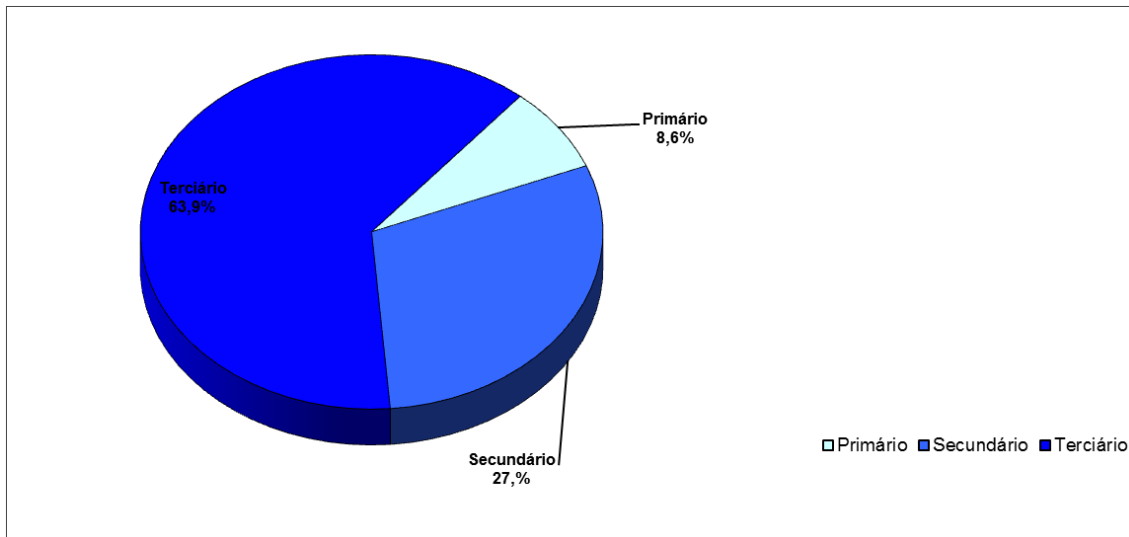
A taxa anual de crescimento do PIB baiano foi positiva em quase todos os anos de estudo e, em particular, nos anos de 2004 e 2010 que apresentaram, respectivamente, taxas de crescimento de 9,6% e 7,5%. Em relação ao ano de 2004, as políticas de abertura externa brasileira, no ano de 2003, expôs o país à novos parceiros comerciais e dinamizou o fluxo de comércio brasileiro. Isso tudo surtiu efeito positivo no comércio exterior baiano, resultando, neste ano, na maior taxa de crescimento do Estado da Bahia do século. Por estar relacionada à taxa de crescimento do PIB, a taxa de crescimento do PIB *per capita* também foi elevada, atingindo 8,6%, em 2004. O ano de 2010 foi marcado como o ano de retomada do crescimento das economias mundiais, visto que o ano de 2009 as economias mundiais sofreram fortes perdas de comércio devido à crise do final de 2008. É esse um dos fatos que explica o crescimento de 7,5% da taxa do PIB baiano, que detinha certa capacidade ociosa devido à pouca demanda doméstica e internacional de seus produtos, bem como a diminuição da renda dos consumidores. A taxa de crescimento do PIB *per capita* foi de 10%, em 2010 e isso pode ser explicado, não só pela retomada do crescimento do PIB total neste ano, mas também uma diminuição no número total de habitantes, o que leva à conclusão de que houve maior fluxo migratório com sentido à saída de habitantes do Estado.

Em se tratando dos índices do PIB real e *per capita*, o estudo foi feito após a escolha do ano 2002 como ano-base, que é representado pelo número 100. Ao longo de todo esse período, o

Índice do PIB real foi maior do que o Índice do PIB *per capita*, mesmo levando em conta que há certa dependência deste em relação àquele.

Em 2010, o Índice do PIB real equivalia a 142,6, sendo então 42,6% maior do que o mesmo índice no ano-base, de 100.

Gráfico 1 – Estrutura Setorial do PIB. Bahia, 2010



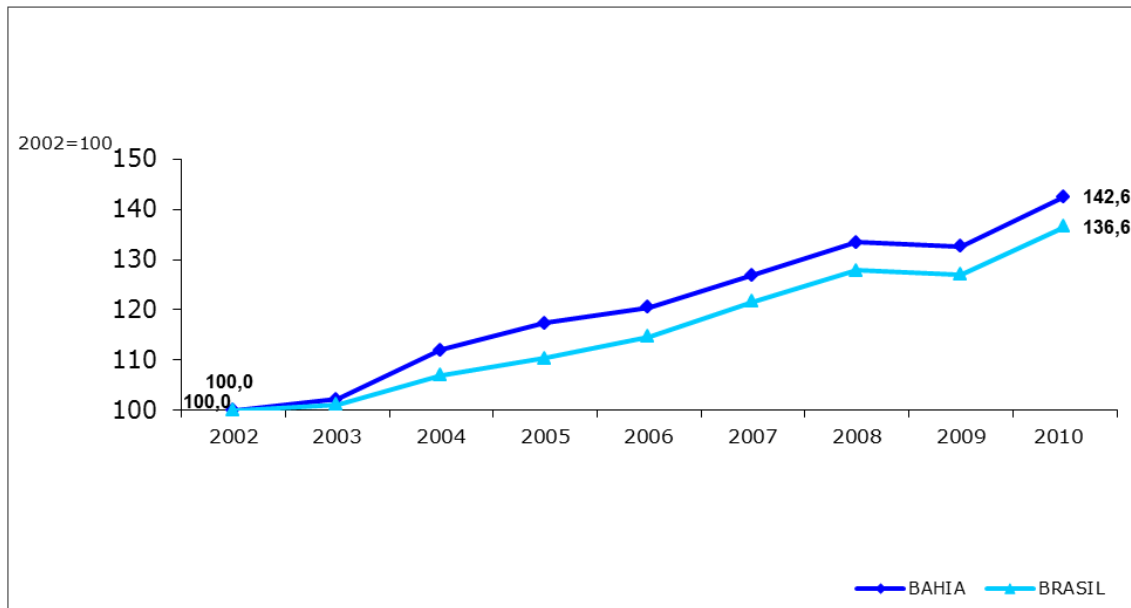
Fonte: SEI

De acordo com o Gráfico 1, o PIB da Bahia de 2010, que é da ordem de US\$ 89,5 bilhões, tem no setor terciário a maior parcela da composição do Produto Interno Bruto, que representa em torno de 64%, seguido pelo setor secundário com 27% e pelo setor primário, com apenas 8%. Diante desse cenário, percebe-se que o principal setor baiano, com mais da metade do PIB baiano, está relacionado com o setor de serviços.

Este gráfico revela um problema a ser enfrentado pelas futuras administrações públicas, haja vista que o setor terciário por si só proporciona pouco desenvolvimento a um local. O investimento público para o desenvolvimento do setor secundário é de extrema importância para uma região que visa o desenvolvimento em cadeia, no momento em que as indústrias, como um todo, além de produzirem produtos que outrora eram importados pelas regiões devido as suas incapacidades de produção, agora podem produzi-las, incorporando-as maior valor agregado e fazendo com que essas regiões exportem seus produtos, gerando maior renda e possibilitando maior grau de desenvolvimento às mesmas.

A estrutura do PIB da Bahia revela-se mal definida, devido à alta dependência de algumas regiões na composição regional e local. Essa volatilidade da economia baiana acarretou em um impacto negativo mais agudo para a economia doméstica e internacional após a crise econômica de 2008.

Gráfico 2 - Evolução do Índice do Produto Interno Bruto. Bahia e Brasil, 2002 - 2010



Fonte: SEI, IBGE. 2011

Tomando por base o ano de 2000, o PIB da Bahia vem crescendo a uma taxa maior do que o crescimento do PIB do Brasil, como mostra o Gráfico 2. Enquanto, em 2010, os dados mostram que a Bahia teve aumento no índice do PIB em torno de 42%, comparado com 2002, o Brasil obteve apenas 36%. Esse maior crescimento do PIB da Bahia em relação ao Brasil teve início no ano de 2003, e até 2010, as taxas de crescimento do Índice do Produto Interno Bruto baiano foram maiores que do Brasil, e isso pode ter relação com a maior abertura econômica que ocorreu no Brasil desde 2003, que teria incentivado, em maior escala, o comércio baiano.

Em 2010, o Índice do PIB da Bahia foi maior do que o do Brasil em 6%, e umas das possíveis causas para esse crescimento em maior escala foram as variações positivas dos principais segmentos das exportações baianas, em relação ao ano anterior (Tabela 8).

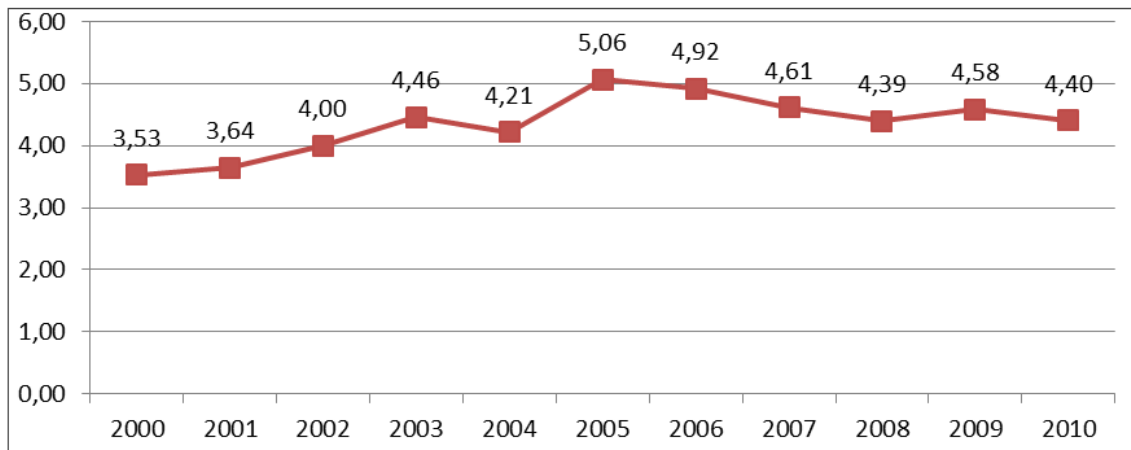
De acordo com essa tabela, os quatro principais segmentos das exportações baianas são compostos por produtos Químicos e Petroquímicos, Papel e Celulose, Soja e Derivados e

Petróleo e Derivados, que representam mais de 60% de toda a exportação anual do Estado, com uma variação acumulada anual de cerca de 130%.

4.1.2 Análise do comércio exterior da Bahia

De acordo com o Gráfico 4, percebe-se que as exportações baianas representam em torno de 4% das exportações brasileiras, sendo que a maior parte delas é oriunda de produtos manufaturados, seguido pelos semimanufaturados e pelos produtos básicos (ver Tabela 3).

Gráfico 3 – Participação Percentual da Exportação Baiana na Exportação Brasileira, 2000 - 2010



Fonte: IPEADATA/ALICEWEB. Elaboração Própria

O comércio exterior baiano vem ganhando, na última década, maior peso no cenário nacional, haja vista que a sua participação, em relação ao Brasil, aumentou ao longo da primeira década do século XXI. Isso quer dizer que, com a política governamental de expansão das relações comerciais com países do Oriente Médio, Ásia e África, elevou-se a demanda por produtos brasileiros e, conseqüentemente, estimulou as exportações do Estado.

No ano 2000, a Bahia representava cerca de 3,5% do comércio internacional brasileiro, com um montante da ordem de US\$1,9 bilhões. O ano de 2005 foi aquele em que o comércio exterior baiano teve a sua maior participação nas exportações brasileiras, quando atingiu mais de 5% de todo comércio anual do país. O montante das exportações baianas praticamente triplicou, atingindo quase US\$6 bilhões, porém a participação baiana não teve um aumento tão significativo porque, em contrapartida, houve o aumento do comércio brasileiro com o exterior, o que comprova que o aumento, ou não, da comercialização internacional da Bahia está relacionado com o aumento, ou não, do comércio exterior do Brasil. Já a partir de 2006,

com exceção de 2009, o valor total de suas exportações cresceu ao longo do tempo, porém a sua taxa de participação no comércio brasileiro diminuiu.

Em 2010, ano em que a Bahia teve a maior receita comercial da história referente ao comércio exterior, com mais de US\$8,8 bilhões anual, a sua participação frente ao Brasil foi de apenas 4,4%, bem menor que os 5,06%, obtidos em 2005. Isso revela que a Bahia, a partir de 2006, vem crescendo em um ritmo comercial menos acelerado do que o Brasil, o que comprova a diminuição de sua participação comercial internacional nos últimos anos dentro do horizonte em análise. Somente no ano de 2009, mesmo a Bahia tendo diminuído o seu valor total de exportações e caindo em % o valor total de 2008 para 2009, houve maior participação baiana no comércio total brasileiro, o que leva a inferir que o Estado da Bahia teve baixo impacto negativo com a crise de 2008, fazendo com que a perda de espaço no comércio internacional fosse menos significativa em relação ao Brasil, e isso se refletiu no aumento relativo da comercialização baiana no ano de 2009.

Tabela 2 – Quadro de comércio exterior baiano, 2000 – 2010.

ANO	EXPORTAÇÃO (US\$)	IMPORTAÇÃO (US\$)	Saldo Comercial (X - M)	Corrente de Comércio (X + M)	PIB (R\$)	PIB (US\$)	Grau de Abertura (%)
2000	1.943.780.342,0	2.241.955.984	-298.175.642	4.185.736.326	46.523.000.000,0	81.880.480.000,0	5,1
2001	2.121.868.558,0	2.285.945.668	-164.077.110	4.407.814.226	51.095.000.000,0	89.927.200.000,0	4,9
2002	2.412.278.005,0	1.877.627.938	534.650.067	4.289.905.943	60.672.000.000,0	106.782.720.000,0	4,0
2003	3.260.882.193,0	1.945.222.301	1.315.659.892	5.206.104.494	68.147.000.000,0	119.938.720.000,0	4,3
2004	4.066.036.165,0	3.020.720.450	1.045.315.715	7.086.756.615	79.083.000.000,0	139.186.080.000,0	5,1
2005	5.989.259.684,0	3.351.096.393	2.638.163.291	9.340.356.077	90.919.000.000,0	160.017.440.000,0	5,8
2006	6.773.298.919,0	4.475.038.595	2.298.260.324	11.248.337.514	96.521.000.000,0	169.876.960.000,0	6,6
2007	7.408.728.507,0	5.414.597.722	1.994.130.785	12.823.326.229	109.652.000.000,0	192.987.520.000,0	6,6
2008	8.698.663.540,0	6.309.577.149	2.389.086.391	15.008.240.689	121.508.000.000,0	213.854.080.000,0	7,0
2009	7.010.799.752,0	4.672.580.698	2.338.219.054	11.683.380.450	137.075.000.000,0	241.252.000.000,0	4,8
2010	8.886.017.448,0	6.699.472.312	2.186.545.136	15.585.489.760	157.442.000.000,0	277.097.920.000,0	5,6

Fonte: IPEADATA. Elaboração Própria

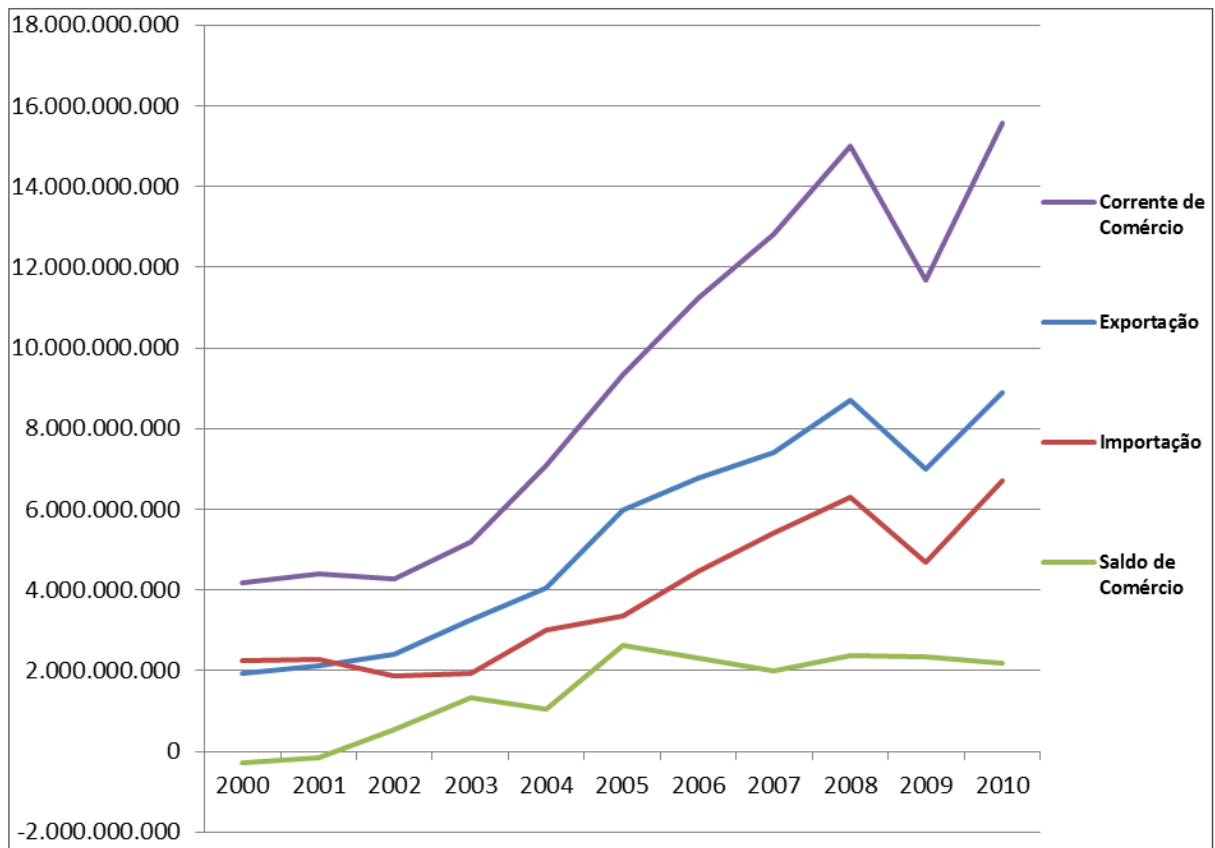
As Tabelas 2 e 3, que tratam sobre o quadro exterior baiano e brasileiro no período 2000 – 2010 servem de apoio a algumas análises feitas no decorrer deste trabalho, como o grau de abertura, taxa de participação do comércio em relação ao PIB, estudos sobre a Bahia em relação ao Brasil, entre outros.

Tabela 3 – Quadro de comércio exterior brasileiro, 2000 – 2010.

ANO	EXPORTAÇÃO (US\$)	IMPORTAÇÃO (US\$)	Saldo Comercial (X - M)	Corrente de Comércio (X + M)	PIB(R\$)	PIB (US\$)	Grau de Abertura (%)
2000	55.085.595.000,0	55.850.663.138	-765.068.138	110.936.258.138	1.179.482.000.000,0	2.075.888.320.000,0	5,3
2001	58.222.643.000,0	55.601.758.416	2.620.884.584	113.824.401.416	1.302.136.000.000,0	2.291.759.360.000,0	5,0
2002	60.361.785.000,0	47.242.654.199	13.119.130.801	107.604.439.199	1.477.822.000.000,0	2.600.966.720.000,0	4,1
2003	73.084.140.000,0	48.325.566.630	24.758.573.370	121.409.706.630	1.699.948.000.000,0	2.991.908.480.000,0	4,1
2004	96.475.238.000,0	62.835.615.629	33.639.622.371	159.310.853.629	1.941.498.000.000,0	3.417.036.480.000,0	4,7
2005	118.308.387.000,0	73.600.375.672	44.708.011.328	191.908.762.672	2.147.239.000.000,0	3.779.140.640.000,0	5,1
2006	137.807.470.000,0	91.350.840.805	46.456.629.195	229.158.310.805	2.369.484.000.000,0	4.170.291.840.000,0	5,5
2007	160.649.073.000,0	120.617.446.250	40.031.626.750	281.266.519.250	2.661.344.000.000,0	4.683.965.440.000,0	6,0
2008	197.942.443.000,0	172.984.767.614	24.957.675.386	370.927.210.614	3.032.203.000.000,0	5.336.677.280.000,0	7,0
2009	152.994.742.000,0	127.722.342.988	25.272.399.012	280.717.084.988	3.239.404.000.000,0	5.701.351.040.000,0	4,9
2010	201.915.285.000,0	181.760.737.286	20.154.547.714	383.676.022.286	3.770.084.872.000,0	6.635.349.374.720,0	5,8
Fonte: IPEADATA. Elaboração Própria							

Segundo os dados constantes das tabelas acima, a Bahia apresentou saldo comercial deficitário em 2000 e 2001, enquanto que o Brasil apresentou saldo negativo somente em 2000. Entre os anos 2008 e 2009, os saldos comerciais baiano e brasileiro permaneceram praticamente inalterados e em 2010 houve redução deste saldo superavitário, inferindo-se que houve aumento relativo das importações no último ano da década. Durante os anos de 2007 e 2008, houve significativo aumento das importações brasileiras fazendo com que o saldo comercial decrescesse cerca de US\$ 15 bilhões no período, permanecendo ainda positivo. Na Bahia ocorreu o inverso, e o saldo do comércio exterior aumentou, devido ao aumento relativo das exportações nesses anos.

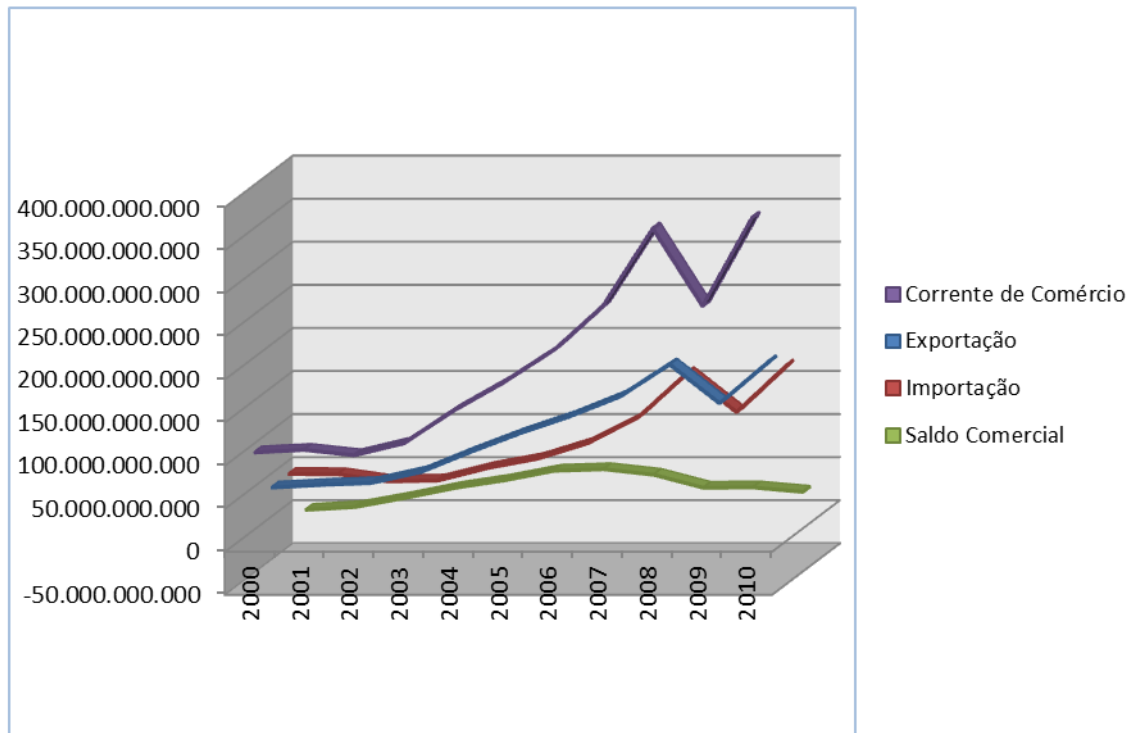
Gráfico 5 - Balança Comercial Baiana (US\$), 2000 – 2010.



Fonte: SEI. Elaboração Própria.

Segundo o Gráfico 5, percebe-se que, a partir de 2003, as exportações e importações brasileiras elevaram consideravelmente o seu volume de comércio, havendo queda em 2008 devido à crise econômica nos Estados Unidos, no mesmo ano. Infere-se que a corrente de comércio foi elevada, o que representa um bom indicador para a Bahia, na medida em que uma grande corrente de comércio representa grande relação comercial exterior baiana, havendo maior fluxo de capital. Ademais, uma maior abertura comercial é um dos objetivos da política econômica de um país, pois ela promove as condições necessárias para o crescimento econômico do país, impulsionado pelas exportações. Em relação ao saldo comercial, em 2000 o saldo comercial baiano foi deficitário, passando a ser superavitário a partir de 2002. Desde 2005, ano de maior saldo comercial baiano, com mais de 2,5 bilhões de dólares, as exportações e as importações baianas vêm crescendo praticamente na mesma proporção, impedindo-a de atingir o inédito superávit de US\$3 bilhões ao ano.

Gráfico 6 - Balança Comercial Brasileira (US\$), 2000 – 2010



Fonte: SEI. Elaboração Própria

O Gráfico 6 mostra que há uma semelhança entre a evolução da balança comercial brasileira com a baiana (Gráfico 5). As exportações e as importações brasileiras aumentaram no decorrer da década, havendo queda somente após a crise de 2008, e com boa recuperação em 2010. O ano de 2006 foi aquele em que o Brasil teve o seu melhor saldo superavitário, atingindo mais de 46 bilhões de dólares. A partir de então, percebe-se que o número de importações cresce mais rapidamente do que as exportações, o que faz com que, ano após ano, o saldo da balança comercial brasileira venha diminuindo o seu valor superavitário.

Em relação ao maior crescimento relativo das importações frente às exportações, os grandes protagonistas desse crescimento foram os bens intermediários que, de 2009 para 2010, apresentou crescimento de 68%, chegando US\$2,8 bilhões no ano em questão. Houve, também, forte intensidade de comércio relacionado à compra de combustíveis e lubrificantes, que teve variação de 68%, o que custou à Bahia cerca de US\$1,5 bilhão nas importações.

A corrente de comércio do Brasil, apesar de ter sofrido queda entre 2008 e 2009, apresentou resultados satisfatórios ao longo da década, o que fez com que se acentuasse o comércio do Brasil com o Resto do Mundo, e essa maior intensidade de comércio trouxe benefícios

indiretos para o Estado da Bahia, no momento em que houve maior demanda por produtos brasileiros, sendo uma parcela dessa demanda de bens fabricados na Bahia.

Tabela 3 - Valor das exportações baianas por fator agregado. Bahia, 2000 - 2010

(US\$1000FOB)

Ano	Produtos Básicos		Produtos Industrializados				Operações Especiais		Total
			Semimanufaturados		Manufaturados		-1	(%)	
		(%)		(%)		(%)			
2000	276.874	14,2	505.124	26,0	1.112.399	57,2	49.383	2,5	1.943.780
2001	339.461	16,0	434.743	20,5	1.293.306	61,0	54.359	2,6	2.121.869
2002	373.598	15,5	560.050	23,2	1.436.706	59,6	41.924	1,7	2.412.278
2003	568.804	17,4	657.541	20,2	1.990.669	61,0	43.868	1,3	3.260.882
2004	661.684	16,3	727.339	17,9	2.636.947	64,8	40.406	1,0	4.066.376
2005	1.192.717	19,9	1.003.138	16,7	3.729.306	62,3	64.099	1,1	5.989.260
2006	844.816	12,5	1.597.527	23,6	4.264.912	63,0	66.044	1,0	6.773.299
2007	1.090.499	14,7	1.999.508	27,0	4.237.931	57,2	80.791	1,1	7.408.729
2008	1.483.814	17,1	2.854.586	32,8	4.243.451	48,8	116.813	1,3	8.698.664
2009	1.632.551	23,3	2.197.707	31,3	3.094.381	44,1	86.161	1,2	7.010.800
2010	1.749.273	19,7	2.604.879	29,3	4.419.440	49,7	112.425	1,3	8.886.017

Fonte: MDIC/SECEX e PROMO-BA. Elaboração própria

(1) Consumo de bordo

A Tabela 3 aborda sobre o valor das exportações baianas por fator agregado, entre 2000 e 2010. De acordo com esta tabela, os produtos mais exportados são aqueles que possuem certo grau de industrialização. No ano de 2010, praticamente 80% dos produtos exportados detinham algum grau de industrialização, o que gerou um montante de mais de US\$7 bilhões para a Bahia.

A ampla vantagem dos “produtos industrializados” frente aos produtos básicos, ocorreu durante todos os anos analisados, e pode estar relacionado à inserção dos setores automotivos e papel e celulose na pauta de exportação baiana que, aliada aos segmentos químico e petroquímico, impulsionaram o comércio dos produtos que possuem maior valor agregado. Vale ressaltar que essa concentração da exportação em poucos segmentos e produtos revela uma tendência centralizadora do comércio internacional baiano, o que contribui para elevar a sua vulnerabilidade externa, ainda que este quadro já tenha sido mais alarmante em épocas recentes.

Entre os produtos mais comercializados com o estrangeiro, o *fuel-oil*, pertencente ao segmento de petróleo e derivados, é aquele que apresenta maior volume de comércio, com taxa de participação em torno de 17% da exportação total anual do Estado. Logo em seguida, a pasta química de madeira, referente ao segmento papel e celulose e grãos de soja mesmo triturados, relacionado à soja e derivados, apresentam taxas de participação de 11% e 8%, respectivamente (SEI, 2011).

Em um rol de mais de vinte segmentos, que juntos produzem mais de oitenta produtos, apenas três deles exportam mais de um terço de todo o comércio externo do Estado, o que ratifica a afirmação de que há pouca diversificação da pauta de exportação, e torna a Bahia um estado economicamente dependente desses produtos.

Aliado à centralização do comércio exterior baiano, surge outro fator preocupante em relação a esse tipo de comércio: o destino dessas exportações. A Tabela 4 revela os principais destinos dos produtos baianos, em 2010 e 2011. Em 2010, os Estados Unidos aparecem como o principal destino das exportações baianas, seguidos pela China, Argentina, Países Baixos e Antilhas Holandesas. Dos trinta e um destinos analisados nessa tabela, os cinco principais, que representam em torno de 16% do total de destinos, são responsáveis por 54% de toda exportação anual da Bahia.

Outro fator relevante deve ser abordado: o comércio com a China. As políticas econômicas brasileiras no sentido de ampliar a sua relação comercial com os países asiáticos surtiu efeito e, a China, em 2010, foi uma das principais parceiras comerciais do Estado, representando mais de 13% de toda a exportação baiana neste ano.

O que deve ser ressaltado é que a Bahia, além de possuir uma pauta comercial pouco diversificada, também concentra os destinos de suas exportações em poucos países, o que torna o Estado vulnerável comercial e economicamente. Qualquer evento negativo que ocorra em um desses grandes parceiros comerciais baianos trará externalidades negativas à Bahia, por ser muito dependente do desempenho dessas economias. Uma maior ampliação do comércio à destinos diferentes minimiza as incertezas e vulnerabilidades, além de poder aumentar o seu poder de barganha, tendo em vista que um país com poucos parceiros

comerciais está mais propenso a aceitar certos acordos que porventura não lhe convém em termos de benefícios.

Tabela 4 – Principais destinos de exportação, Bahia, 2010 e 2011

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$'000 FOB)		Var. %	Part. %
	2010	2011		2010	2011		
Argentina	809.455	1.041.063	28,61	1.141.149	1.460.200	27,96	13,25
Estados Unidos	1.532.970	1.226.210	-20,01	1.409.700	1.455.674	3,26	13,21
China	1.577.177	1.766.977	12,03	1.164.645	1.454.478	24,89	13,20
Países Baixos (Holanda)	926.753	927.166	0,04	652.318	907.055	39,05	8,23
Antilhas Holandesas	1.117.181	1.218.530	9,07	519.131	744.358	43,39	6,76
Alemanha	597.178	1.026.008	71,81	339.172	645.562	90,33	5,86
Itália	372.130	355.637	-4,43	368.569	437.956	18,83	3,98
Cingapura	362.281	589.260	62,65	166.257	380.936	129,13	3,46
Bélgica	455.374	459.397	0,88	273.015	334.185	22,41	3,03
Republica da Coreia do Sul	178.133	102.875	-42,25	230.097	238.846	3,80	2,17
Colômbia	138.417	118.133	-14,65	202.124	227.570	12,59	2,07
Espanha	176.377	318.467	80,56	114.135	218.071	91,06	1,98
Japão	242.207	291.052	20,17	146.365	203.841	39,27	1,85
México	134.018	59.099	-55,90	261.123	203.048	-22,24	1,84
França	255.144	300.042	17,60	126.553	164.746	30,18	1,50
Reino Unido	259.025	53.027	-79,53	194.638	135.027	-30,63	1,23
Turquia	156.689	158.702	1,28	78.550	132.271	68,39	1,20
Indonésia	77.986	76.395	-2,04	103.322	127.774	23,67	1,16
Venezuela	23.354	21.846	-6,46	128.489	127.675	-0,63	1,16
Suíça	2.362	611	-74,13	92.581	109.128	17,87	0,99
Finlândia	281	46.084	16.282,50	1.002	104.855	10.367,29	0,95
Chile	26.778	46.933	75,27	66.315	93.719	41,32	0,85
Romênia	274.887	234.714	-14,61	90.477	85.905	-5,05	0,78
Uruguai	37.333	67.915	81,92	45.267	74.605	64,81	0,68
Canadá	9.679	10.190	5,28	45.300	65.886	45,44	0,60
Vietnã	6.675	61.300	818,36	9.716	58.288	499,90	0,53
Portugal	410.918	67.246	-83,64	182.039	53.122	-70,82	0,48
Taiwan (Formosa)	118.871	62.139	-47,73	57.026	51.312	-10,02	0,47
Peru	19.875	23.479	18,13	45.255	47.685	5,37	0,43
Paraguai	18.861	7.318	-61,20	29.885	41.730	39,64	0,38
Demais países	533.083	483.975	-9,21	601.801	630.791	4,82	5,73
Total	10.851.454	11.221.788	3,41	8.886.017	11.016.299	23,97	100,00

Fonte: MDIC/SECEX.

A Tabela 5 trata das importações baianas por categoria de uso, entre 2000 e 2010, bem como a parcela de participação de cada categoria em relação ao total importado anualmente.

Tabela 5 - Valor das importações baianas por categoria de uso. Bahia, 2000 – 2010

(US\$1000 FOB)

Ano	Bens Intermediários		Bens de Capital		Bens de Consumo Duráveis		Combustíveis e Lubrificantes		Bens de Consumo Não Duráveis		Total
		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)	
2000	789.641	35,2	455.100	20,3	191.084	8,5	774.463	34,5	31.668	1,4	2.241.956
2001	795.088	34,8	713.328	31,2	256.203	11,2	497.694	21,8	23.633	1,0	2.285.946
2002	784.486	41,8	454.410	24,2	259.744	13,8	356.009	19,0	22.978	1,2	1.877.627
2003	938.766	48,3	350.364	18,0	198.541	10,2	441.659	22,7	15.892	0,8	1.945.222
2004	1.305.681	43,2	655.750	21,7	245.847	8,1	789.753	26,1	23.689	0,8	3.020.720
2005	1.285.255	38,4	756.010	22,6	202.979	6,1	1.078.871	32,2	27.981	0,8	3.351.096
2006	1.982.917	44,3	992.588	22,2	461.715	10,3	998.649	22,3	39.137	0,9	4.475.006
2007	2.410.394	44,5	1.372.379	25,3	563.493	10,4	999.160	18,5	69.172	1,3	5.414.598
2008	3.009.333	46,2	1.079.081	16,6	720.356	11,1	1.607.342	24,7	90.805	1,4	6.506.917
2009	1.959.168	41,9	1.036.549	22,2	630.744	13,5	966.282	20,7	79.838	1,7	4.672.581
2010	2.884.600	43,0	1.357.501	20,2	927.163	13,8	1.420.113	21,2	116.561	1,7	6.705.937

Fonte: MDIC/SECEX e PROMO-BA. Elaboração Própria

Depreende-se que, os bens intermediários, oriundos do estrangeiro, são aqueles mais demandados na Bahia, seguidos pelos combustíveis e lubrificantes, bens de capital, bens de consumo duráveis e, por fim, pelos bens de consumo não-duráveis. Em 2000, os produtos mais demandados do exterior eram os bens intermediários e combustíveis e lubrificantes. Ambos apresentaram taxas de participação em torno de 35%, o que custou US\$1,6 bilhão nas importações baianas. No fim da década, os bens intermediários, como os sulfetos de minério de cobre e as naftas para a petroquímica, eram os bens mais demandados do exterior por serem produtos indispensáveis para certas indústrias baianas, e eram responsáveis por 43% da importação deste ano. Os combustíveis e lubrificantes perderam espaço na pauta de importação baiana, e fechou o ano com participação similar aos bens de capital, com cerca de 21% para as duas categorias. Com o crescimento das indústrias na Bahia, bem como a inserção da fábrica da *Ford* no Estado, houve maior demanda por bens de capital, tanto no momento da instalação das empresas quanto na renovação de máquinas e equipamentos modernos e mais eficientes. A busca por automóveis importados também aumentou, e este produto teve participação de 13% nas importações da Bahia.

Ao longo da década, percebe-se o aumento das importações em um ritmo mais acelerado que as exportações, ainda que o saldo comercial tenha permanecido superavitário. Alguns fatores vêm contribuindo para este aumento, tal como elucida a passagem da FIEB (2011) a seguir:

O aumento das importações está associado ao câmbio apreciado, ao forte crescimento da demanda doméstica e à agressividade dos principais parceiros comerciais do País, estimulada pela depreciação das moedas locais e pela queda do nível de atividade econômica e favorecida pela ausência de medidas de desestímulo às importações pelo governo brasileiro. O Governo Federal prepara algumas medidas para conter o avanço das importações (a abertura de contenciosos na OMC contra subsídios dos Estados Unidos e países europeus, além de medidas antidumping) e estuda utilizar alguns instrumentos, a exemplo das salvaguardas, do maior rigor na fiscalização aduaneira, do fim da licença automática para importação, a da desoneração pontual de alguns setores (FIEB, 2011, p.10).

Entre os produtos mais importados na Bahia, grande parcela é destinada à compra de nafta para a indústria petroquímica (SEI, 2011). Levando em conta que os municípios que demandam maior quantidade de produtos importados é, em primeiro lugar, Camaçari, seguido por Dias D'Ávila, São Francisco do Conde, Salvador e etcetera, entende-se o porquê desses municípios demandarem mais produtos oriundos do estrangeiro, haja vista que a indústria petroquímica, que está situada na RMS, necessita de outros produtos para realizar todo o seu processo produtivo. Além disso, há forte demanda por automóveis no município de Camaçari, o que pode ser explicado pelo grande número de trabalhadores que ali exercem suas funções trabalhistas e/ou residem nesses municípios, necessitando, assim, de veículos para uma locomoção mais eficiente.

Em se tratando de importação, o maior parceiro comercial da Bahia é a Argentina, que representa 15% de toda a importação feita pelo Estado, em 2010. Chile, com 13%, vem em segundo lugar, o que leva a pensar na importância desses países do Mercosul para o Estado da Bahia, e da importância de acordos comerciais que sejam elaboradas no sentido de reforçar o Mercosul, proporcionando maiores benefícios econômicos para o Brasil e, conseqüentemente, para a Bahia.

Os principais parceiros comerciais baianos referente às importações são, respectivamente, Argentina, Chile, Argélia, Estados Unidos e China. Cerca de 60% dos produtos oriundos do exterior vêm desses países, de um total de 31 países. Isso revela que as importações brasileiras

são mais centralizadas do que as exportações, e tendem a elevar o seu volume. Destes cinco países acima citados, três deles – Argentina, China e Estados Unidos – são, também, os principais destinos das exportações baianas, o que evidencia o grau de dependência para com esses países.

Tabela 6 - Importações baianas, principais municípios, 2010 - 2011
(Valores em US\$ 1000 FOB)

Municípios	2010	2011	Var. %	Part. %
Camaçari	2.763.140	3.239.924	17,26	41,69
Dias d'Ávila	1.103.890	1.231.543	11,56	15,85
São Francisco do Conde	702.914	959.393	36,49	12,34
Salvador	496.552	485.481	-2,23	6,25
Candeias	387.572	430.409	11,05	5,54
Ilhéus	420.414	377.570	-10,19	4,86
Simões Filho	208.281	246.289	18,25	3,17
Feira de Santana	111.880	135.943	21,51	1,75
Lauro de Freitas	86.551	105.466	21,85	1,36
Conceição do Jacuípe	66.738	85.535	28,16	1,10
Luis Eduardo Magalhães	30.131	81.070	169,06	1,04
Alagoinhas	9.489	51.360	441,26	0,66
Itabuna	50.859	49.245	-3,17	0,63
Itagibá	31.495	26.833	-14,80	0,35
Catu	26.670	26.827	0,59	0,35
Pojuca	43.380	15.723	-63,75	0,20
Itajuípe	10.485	15.388	46,77	0,20
Itapetinga	12.472	15.033	20,53	0,19
São Sebastião do Passé	11.366	14.487	27,46	0,19
Madre de Deus	11.247	13.573	20,68	0,17
Demais municípios	121.829	164.554	35,07	2,12
Total (1)	6.707.356	7.771.646	15,87	100,00

Fonte: SEI.

4.1.3 Composição da pauta de exportação baiana

A Tabela 7 evidencia os principais segmentos produtivos exportáveis da Bahia, bem como a sua variação acumulada no período 2000 – 2010.

A Bahia, que no ano 2000 exportava pouco menos de US\$2 bilhões anual, passou a exportar quase US\$9 bilhões em 2010, o que gerou uma variação acumulada de mais de 177% na

década. Somente dois segmentos obtiveram variação acumulada menor do que a variação acumulada total da Bahia, a saber, o segmento de Químicos e Petroquímicos, Petróleo e Derivados e o segmento de Metalúrgicos, Minerais e Metais Preciosos.

Tabela 7 - Valor das exportações baianas. Principais segmentos. Bahia, 2000-2010

Segmentos	Valor (US\$ 1000 FOB)											Variação Acumulada (%)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Estado da Bahia	1.942.968	2.119.651	2.410.037	3.258.772	4.062.916	5.987.744	6.771.981	7.408.729	8.698.664	7.010.800	8.886.017	177,32
Químicos e Petroquímicos; Petróleo e derivados	828.738	1.059.640	1.079.429	1.403.542	1.496.261	2.528.045	2.450.334	2.584.125	2.743.682	2.109.572	3.098.578	167,65
Papel e Celulose	291.430	216.234	229.078	262.050	277.775	434.363	715.376	897.384	1.503.019	1.283.567	1.674.800	230,41
Produtos Agrícolas e Pecuários	334.372	352.374	380.218	559.097	853.306	1.037.402	1.006.823	1.388.075	1.821.830	1.927.520	2.097.987	215,34
Metalúrgicos; Minerais; Metais Preciosos	295.216	262.911	348.735	353.864	488.460	733.095	1.251.004	1.299.050	1.458.195	894.526	989.051	169,94
Automotivo; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	*	*	115.608	398.673	672.731	911.012	978.322	836.550	741.402	460.892	623.815	328,05
Couros e Peles; Calçados e suas partes	23.533	33.550	48.291	58.454	123.222	127.629	154.861	191.149	194.460	160.603	203.681	277,84
Demais Segmentos	169.679	194.941	208.678	223.092	196.488	284.434	286.763	277.959	279.068	186.686	211.235	39,87

Fonte: MDIC / SECEX e PROMO-BA. Elaboração Própria * Os valores foram adicionados ao segmento 'Demais Segmentos'

Em relação ao primeiro segmento citado acima, relacionado aos produtos químicos e petróleo, este é o segmento que proporciona maior valor exportado ao Estado e, em 2010, o comércio deste setor gerou um montante de mais de US\$3 bilhões, o que representou mais de 34% da exportação total anual baiana. Este segmento foi, também, durante toda a década, o de maior relevância à economia local da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do Estado.

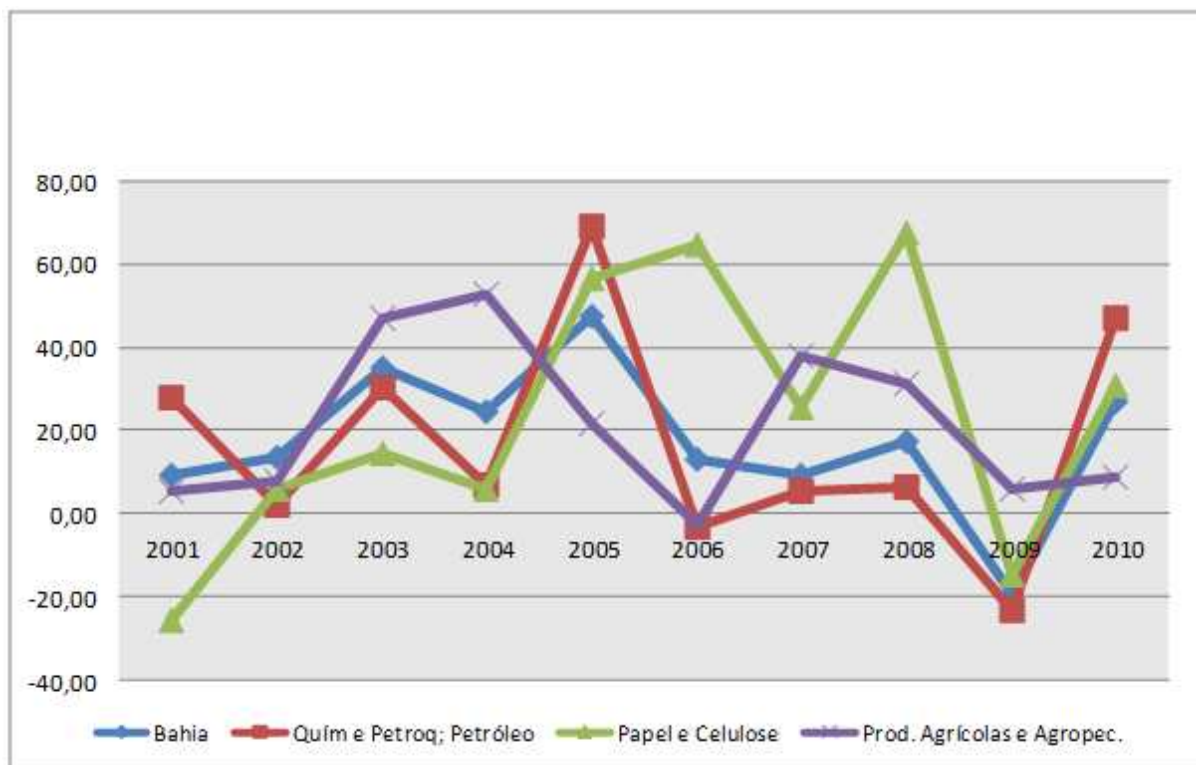
Gerando uma receita de mais de US\$2 bilhões em 2010, o segmento ligado aos Produtos Agrícolas e Pecuários respondeu por mais de 23% da exportação anual baiana neste ano, e a maior parte deste crédito deve ser dado à cultura de grãos na Região Oeste da Bahia. Este segmento sofreu variação acumulada de 215% ao longo da década, superando a variação baiana, e foi considerado como aquele de maior importância para a economia baiana, na época em que o cacau se apresentava como o maior produto exportador do Estado.

Em sequência, o segmento de Papel e Celulose é de grande importância para o comércio exterior da Bahia por ter gerado, também em 2010, US\$1,7 bilhão, tendo variação acumulada de 230% na década e, ademais, por representar cerca de 19% da exportação total anual. Esses três segmentos em conjunto representam mais de 70% de toda a exportação baiana, o que retoma a afirmativa de que a pauta de exportação da Bahia é pouco diversificada, o que a torna mais vulnerável às externalidades negativas do comércio.

Analisando a parte de baixo da tabela, os três segmentos restantes – Metalúrgicos, Minerais e Metais Preciosos; Automotivo, Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Couros, Peles, Calçados e suas partes -, se somados, representam apenas um quinto da exportação total.

Os efeitos da crise de 2008 também afetaram as exportações baianas no ano de 2009, quando a Bahia apresentou variação de cerca de -20% no ano. O fato atípico foi que, neste mesmo ano em que os segmentos apresentaram perda de comércio, os Produtos Agrícolas e Pecuários apresentaram variação positiva de 5,8%.

Gráfico 7 – Variação do valor das exportações baianas, principais segmentos (%). 2001 - 2010



Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração Própria

O Gráfico 7 destaca a variação dos principais segmentos produtivos da Bahia na primeira década do século XXI, além da evolução da variação baiana no mesmo período.

Como se pode perceber, o segmento referente aos produtos químicos e petroquímicos e petróleo e derivados é o que possui a maior taxa de participação no comércio exterior baiano, tendo, em 2010, gerado mais de US\$ 3 bilhões para a Bahia. Além disso, foi o segmento de maior variação percentual entre 2009-2010, com cerca de 46%. Por se tratar do setor de maior expressão em termos monetários para a economia baiana, o setor de produtos químicos e petróleo, diante da crise de 2008, fez com que o Estado da Bahia decrescera verticalmente no montante das exportações, haja vista uma variação negativa de mais de 23% entre 2008 – 2009. Nesta década, a maior variação percentual verificada neste segmento foi em 2005, quando se obteve cerca de 70% de variação em relação ao ano anterior.

O segmento relacionado de Papel e Celulose foi aquele que sofreu as mais drásticas variações neste período, tanto positiva quanto negativamente. Apesar de ser o terceiro maior segmento exportador baiano, o comércio de Papel e Celulose era, até o ano de 2007, apenas o quarto maior segmento de exportação, quando houve, no período de 2007 – 2008, um acréscimo percentual de cerca de 68% nas exportações desse setor, o que acarretou no comércio anual de mais de US\$ 1,5 bilhão em 2008, ou seja, praticamente um quinto de toda a exportação baiana no referido ano.

De todos os segmentos, o setor de Papel e Celulose foi aquele que teve a maior variação percentual neste ano, e a segunda maior variação percentual no período 2000 – 2010, menor apenas em relação à variação do segmento de Químico e Petroquímico e Petróleo e Derivados, em 2005, que foi de cerca de 70%. Essa variação positiva bastante satisfatória deve-se à grande produção de celulose em fibra curta de eucalipto, em que o Brasil ocupa a posição de maior produtor mundial (DORES, p.120).

O setor de fibras (celulose e pastas) é o principal fornecedor da matéria-prima para a produção de papéis. Segundo Dores, as fibras podem ser classificadas de fibras curtas e longas:

As fibras dividem-se em curtas (comprimento entre 1,0 e 2,0 mm) e longas (maiores de 2,0 mm). O processo de fabricação de cada tipo de papel utiliza um tipo de fibra diferente, pelo fato de as fibras curtas e longas terem características mecânicas diversas. De forma geral, os papéis de imprimir e

escrever, os papéis sanitários e alguns tipos de cartão são fabricados com base em fibras curtas – que proporcionam maior opacidade e maciez –, enquanto papéis para embalagem, imprensa, papelão ondulado e outros tipos de cartão são fabricados com base em fibras longas – que propiciam maior resistência mecânica. No Brasil, as fibras longas são obtidas, principalmente, da madeira de pinus e as curtas, da madeira de eucalipto (DORES, p.119).

Na Bahia, a produção de Papel e Celulose, bem como toda a cadeia de produção que a ela pertence - como o plantio do eucalipto, as indústrias que transformam a fibra curta em papel - estão situadas na região sul da Bahia, e o município de Mucuri, terceiro maior exportador baiano, é a principal referência deste setor. No passado, o consumo da fibra longa era maior do que a fibra curta, porém em 2004 houve mudanças estruturais na produção. De acordo com Dores “o crescimento do consumo de fibra curta se deve ao diferencial de preços, já que historicamente é mais barata do que a fibra longa.

Tabela 8 - Principais segmentos das exportações baianas, 2010

Segmentos	Participação	Variação ^(%)
Químico e petroquímico	19,7	31,1
Papel e celulose	18,8	30,5
Soja e derivados	10,4	-4,2
Petróleo e derivados	15,2	74,0
Metalúrgicos	7,2	3,0
Automóveis	6,1	30,9
Minerais	3,8	25,6
Cacau e derivados	3,3	26,5
Algodão e seus subprodutos	3,3	35,0
Borracha e suas obras	2,5	20,0
Café e especiarias	1,5	14,5
Frutas e suas preparações	1,5	15,3
Couros e peles	1,2	26,3
Calçados e suas partes	1,1	26,8
Sisal e derivados	0,7	-5,8
Máquinas, apar. e mat. Elétricos	0,9	77,1
Fumo e derivados	0,3	25,6
Móveis e semelhantes	0,1	4,4
Demais segmentos	2,2	19,2
Total	100,0	26,8

Fonte: SEI.

A Tabela 8 aborda a participação percentual dos principais segmentos das exportações baianas no ano de 2010, bem como a variação dos mesmos segmentos em relação ao ano de 2009, a fim de se entender o que ocorreu entre o penúltimo e o último ano analisado neste trabalho.

O segmento de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos foi o que teve a maior variação positiva, com surpreendentes 77% em apenas um ano. Em 2009, este segmento exportava em torno de US\$45 milhões e passou a US\$79 milhões em 2010. Entretanto, isso não representa tanto para a economia baiana, por compor menos de 1% do total das exportações. Logo em seguida, com 74%, tem-se o segmento de Petróleo e Derivados. Este, sim, teve uma variação mais significativa, a medida em que esses produtos representam mais de 15% das exportações da Bahia no último ano da primeira década do século XXI.

O volume de comércio para fora do Brasil passou de US\$775 milhões para US\$1,3 bilhão. Os dois segmentos que, hoje em dia, possuem os maiores volumes de comércio internacional da Bahia, também sofreram variações muito satisfatórias. Tanto o segmento Químico e Petroquímico, como o de Papel e Celulose, variaram positivamente em mais de 30% cada um, o que faz com que o montante de comércio total se eleve em grande número, gerando uma expansão acumulada de mais de US\$700 milhões entre 2009 – 2010, sendo maior do que todo o volume de comércio exterior do segmento Metalúrgico (vide Tabela B).

Já em relação aos segmentos que sofreram retração de 2009 para 2010, os produtos de Sisal e Derivados diminuíram as exportações em quase 6%, porém estes produtos não têm tanta relevância na estrutura de comércio baiano, representando pouco menos de 1% de participação total. Porém, o segmento da Soja e Derivados sofreu uma preocupante retração em mais de 4% de um ano para o outro, representando um décimo do total da exportação em 2010.

Diante dessas variações, o segmento de Petróleo e Derivados, após este significativo aumento no volume de exportação, passou a ser o terceiro segmento mais exportado pela Bahia, ao passo que a Soja e Derivados representou o quarto produto mais exportado no Estado.

Ainda de acordo com a Tabela 8, percebe-se que mais de 60% da exportação baiana, em 2010, foi centralizada em apenas quatro segmentos, a saber: Químico e Petroquímico; Papel e Celulose; Petróleo e Derivados; Soja e Derivados. A tabela releva a deficiência do comércio baiano em relação à diversificação de seus produtos e segmentos, o que, de certa forma, representa um entrave para o desenvolvimento econômico do Estado.

A centralização da exportação em poucos produtos e segmentos, além de não desenvolver todos os potenciais de produção de uma região e, por consequência, fazer com que todos os setores produtivos e as regiões as quais elas pertencem também se desenvolvam, é um modelo de comércio com alto grau de risco posto que, caso ocorra alguma externalidade negativa, à exemplo da vassoura-de-bruxa, que ocorreu na Região Sul na década de 1990, que praticamente dizimou a produção cacaueteira no Estado da Bahia, pode ter fortes impactos econômicos sobre o nível de emprego e renda nacional.

Apesar do segmento de Químicos e Petroquímicos representar, hoje, o principal segmento das exportações baianas, quando da abertura comercial em 1990, este setor foi bastante prejudicado, como destaca Teixeira e Guerra (2000, p. 06-07):

Desde sua implantação, a petroquímica tem comandado o desempenho do setor químico e da própria indústria de transformação do estado. Nos primeiros anos da década de 90 ela viveu um período de relativa estagnação, ainda que tenham sido realizados alguns investimentos em ampliação de capacidade produtiva. A difícil conjuntura vivida por este segmento industrial brasileiro, desde o início do Governo Collor, não induzia significativos dispêndios empresariais. O forte desaquecimento do mercado interno, combinado com a queda das alíquotas de importação, num cenário internacional de superoferta, provocaram uma inundação de importações petroquímicas no mercado nacional. Nesse contexto, a repetição da estratégia adotada pela petroquímica baiana, na primeira metade da década de 80, de utilizar o mercado externo como escoadouro da produção não realizada internamente, tornou-se inviável, não apenas pela existência de grandes excedentes no mercado internacional, mas também pelas mudanças ocorridas nas políticas governamentais, destacando-se a abrupta redução de incentivos e subsídios às atividades exportadoras.

Tabela 9 - Exportações baianas, principais Municípios

(Valores em US\$ 1000 FOB)

Municípios	2010	2011	Var. %	Part. %
Camaçari	2.384.315	2.339.570	-1,88	22,28
São Francisco do Conde	1.407.921	2.047.650	45,44	19,50
Mucuri	923.021	940.052	1,85	8,95
Luís Eduardo Magalhães	486.287	924.624	90,14	8,81
Dias d'Ávila	607.397	874.968	44,05	8,33
Eunápolis	441.277	491.527	11,39	4,68
Barreiras	262.495	285.383	8,72	2,72
Correntina	132.103	269.452	103,97	2,57
Ilhéus	268.803	255.965	-4,78	2,44
Salvador	121.329	202.352	66,78	1,93
Candeias	163.101	199.706	22,44	1,90
Jacobina	145.401	164.294	12,99	1,56
Feira de Santana	120.898	160.253	32,55	1,53
São Desidério	82.729	154.500	86,75	1,47
Simões Filho	99.589	116.648	17,13	1,11
Vitória da Conquista	76.731	115.906	51,06	1,10
Cachoeira	78.126	108.047	38,30	1,03
Pojuca	95.428	107.264	12,40	1,02
Itagibá	76	103.722	137.222,40	0,99
Barrocas	76.161	88.908	16,74	0,85
Demais municípios	514.865	548.969	6,62	5,23
Total (1)	8.488.052	10.499.761	23,70	100,00

Fonte: MDIC/Secex.

A Tabela 9 distribue as exportações baianas por municípios. À primeira vista, percebe-se que os municípios de Camaçari e São Francisco do Conde representam, juntos, mais de 40% de toda a exportação do Estado. Estes dois municípios produzem, basicamente, produtos relacionados aos segmentos químicos e petroquímicos, e petróleo e derivados.

A criação da Refinaria Landulfo Alves no município de São Francisco do Conde faz com que este fosse, em relação ao Brasil, o município de maior PIB *per capita* no Estado. Vale destacar que, ainda que este município detivesse índices satisfatórios, o desenvolvimento social ainda está muito aquém do que se espera de uma região que detém um quinto de todo o comércio exterior do estado com maior importância econômica da Região Nordeste.

Somando os cinco municípios mais importantes para o estado em relação ao comércio exportador – Camaçari, São Francisco do Conde, Mucuri, Luís Eduardo Magalhães e Dias d'Ávila - e comparando-os com os cinco municípios menos importantes – Vitória da Conquista, Cachoeira, Pojuca, Itagibá e Barrocas – percebe-se o quão concentrado é o comércio internacional baiano, na medida em que os mais importantes representam cerca de 68% de toda a arrecadação do Estado com o comércio internacional em detrimento dos menos importantes que somam modestos 5% da arrecadação anual. Esse cenário ratifica a ideia de que há pouco pólos produtivos na Bahia, fazendo com que não haja um bom padrão de desenvolvimento regional no Estado como um todo, com o aumento do comércio exterior.

O que ocorre, de fato, é o crescimento econômico de alguns municípios baianos de boa intensidade de comércio, bem como os municípios limítrofes. Entretanto, isso não gera consequente dinâmica de desenvolvimento, como é o caso do município de São Francisco do Conde. Outro fator preocupante para o Estado da Bahia é que os dois municípios mais importantes para o comércio internacional se localizam na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Estes dois municípios, apenas por fazerem parte desta região, já são beneficiados com a proximidade da capital baiana, no momento em que, nestas regiões, pode-se estabelecer pequenas indústrias para o abastecimento da capital, bem como um local de moradia à população, haja vista que a capital soteropolitana é bastante populosa e muitas pessoas vivem em cidades vizinhas, como Lauro de Freitas, Camaçari e exercem suas funções trabalhistas na capital.

Os municípios de Mucuri e Luís Eduardo Magalhães se localizam, respectivamente, no extremo sul e extremo oeste baiano, apesar de serem relevantes para o comércio baiano, com as produções de Papel e Celulose e Soja e Derivados, respectivamente. A distância dessas localidades com a Região Metropolitana de Salvador, somado ao fraco desenvolvimento

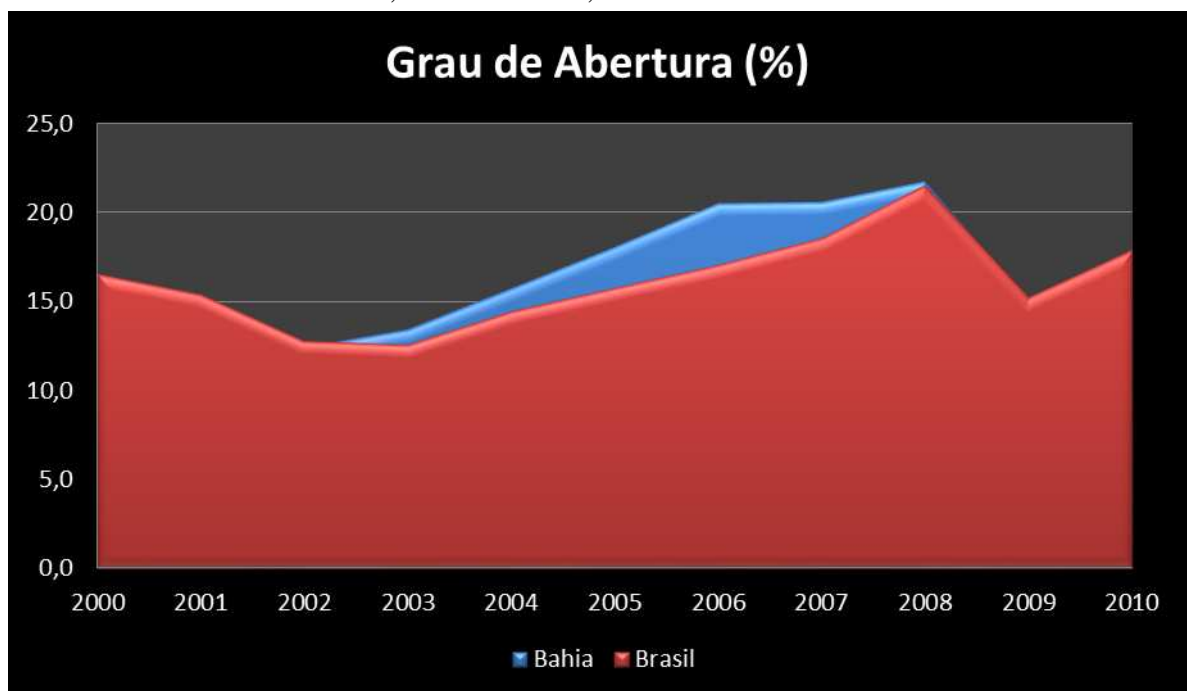
econômico dos municípios do interior baiano, faz com que esses municípios sejam considerados verdadeiros oásis baianos, com forte poder econômico, mas rodeado pelo atraso econômico de grande parte dos municípios.

Como se pode notar com a Tabela 9, a cidade do Salvador, apesar de ser a capital do Estado, tem pouca influência no comércio exterior baiano, representando apenas cerca de 2% do total das exportações anuais baianas.

4.2 ANÁLISE DO GRAU DE ABERTURA DO COMÉRCIO BAIANO

O Gráfico 8 analisa o grau de abertura da Bahia e do Brasil, no período 2000 – 2010. Esse gráfico foi elaborado com base nos dados que constam da Tabela 2 e 3. De acordo com o gráfico, no ano de 2003, a Bahia obteve maior grau de abertura em relação ao Brasil, registrando 13,4% frente aos 12,6% obtidos no Brasil. Isso pode estar relacionado com o aumento na corrente de comércio da Bahia, que teve uma variação de mais de 20% no ano, ao passo em que a variação brasileira não foi superior a 13%.

Gráfico 8 - Grau de Abertura, Bahia e Brasil, 2000 – 2010



Fonte: IPEADATA. Elaboração Própria.

Ainda em relação ao grau de abertura da Bahia, em 2003, o que impulsionou o aumento da corrente de comércio em relação ao PIB foi a exportação baiana. O comércio obteve variação de cerca de 35% em relação ao ano anterior, enquanto que a variação da importação neste ano foi de apenas 3,6%. Em se tratando de Brasil, o PIB variou mais do que a corrente de comércio, com respectivos 15% e 12,8%, acarretando num encolhimento das relações comerciais brasileiras com o estrangeiro.

O ano de 2006 foi aquele em que houve maior disparidade entre os graus de abertura baiano e brasileiro, quando a diferença foi de 3,5%, levando em conta que o grau de abertura baiano foi de 20,5% e, o brasileiro, 17%. Na Bahia, a principal responsável foi a importação, que apresentou aumento de 33% em relação a 2005, e a exportação teve apenas um aumento de 13%. Ainda que as importações tenham obtido aumentos expressivos, o saldo comercial anual da Bahia permaneceu superavitário, totalizando US\$ 2,3 bilhões. No Brasil, a importação teve aumento de 24,1% e a exportação teve crescimento de 16,5%. A variação do PIB foi de cerca de 10%, maior do que o do PIB baiano, com 6,2% de crescimento, o que levou a um menor grau de abertura do país no ano em questão.

Em 2008 houve o maior grau de abertura no período 2000 – 2010, quando Bahia e Brasil alcançaram 21,7% e 21,5% neste ano. Proporcionalmente, o Brasil teve crescimento de comércio exterior maior do que a Bahia, considerando que, no ano de 2007, Brasil e Bahia tiveram graus de abertura de 20,6% e 18,6%, respectivamente. O que gerou este importante aumento do movimento de comércio exterior brasileiro foram as importações, que apresentaram variação de 43,4% em 2008 – maior variação de importação do período em estudo – e as exportações, que variaram em 23,2%, sendo a terceira maior variação das exportações no período. Com isso, a corrente de comércio brasileira no ano 2008 teve variação de 31,9%, a segunda maior entre 2000 e 2010 e isso fez com que o grau de abertura brasileira aumentasse, mesmo sabendo que o PIB do Brasil aumentou em 13,9%, e o mesmo é um dos componentes necessários à obtenção do grau de abertura.

Os efeitos da crise imobiliária nos Estados Unidos, em 2008, provocaram uma menor abertura econômica do Brasil em 2009, ano posterior à crise. O comércio de produtos exportáveis e importáveis diminuiu consideravelmente, e o grau de abertura da Bahia e do Brasil apresentou, respectivamente, de 15% e 15,3%.

A Bahia e o Brasil apresentaram variações negativas na corrente de comércio no ano após a crise americana, obtendo decréscimos de -22,2% no Estado e -24,3% no país. O que acentuou

a diminuição do grau de abertura da Bahia foi a variação positiva do PIB, que atingiu quase 13% no ano, o que leva a concluir que o Estado da Bahia orientou-se para a economia doméstica, em termos do crescimento do PIB. O Brasil fechou o ano de 2009 com um grau de abertura maior do que a Bahia devido à sua pequena variação do PIB de 6,8%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o crescimento econômico que vem acontecendo no Estado da Bahia. O incentivo à instalação de indústrias vem favorecendo o comércio exterior baiano, à medida que certos polos econômicos vêm ganhando força e notoriedade, elementos imprescindíveis para o aumento do volume de comércio e posterior desenvolvimento da economia regional.

O PIB baiano mais do que dobrou entre 2000 e 2010, e vem crescendo a uma taxa média de 4,6% ao ano. A população diminuiu em 2010 devido ao fluxo migratório, e isso fez com que o PIB per capita elevasse para mais de R\$11.200,00 reais. O índice do PIB real, com base em 2002, já vale 142,6 e só comprova o crescimento do PIB baiano nesta década. Porém, grande parte deste PIB está relacionada com o setor terciário, representando mais de 60% deste produto interno bruto.

O volume de comércio aumentou significativamente no período de 2000 a 2010, e a Bahia e o Brasil vem apresentando saldos comerciais superavitários, ainda que nos últimos anos tenha ocorrido o aumento do volume de importações. A Bahia participou em 4,4% da exportação brasileira no ano de 2010, com um montante de quase US\$9 bilhões, o maior da história deste Estado. Há maior fluxo de capitais entre a Bahia e o estrangeiro, e isso pode ser corroborado pelo grande aumento da corrente de comércio baiana, tornando-a mais visível e aberta a mercados internacionais.

Os principais produtos exportados possuem certo grau de industrialização, e eles foram responsáveis por mais de 80% desse tipo de comércio em 2010. Argentina, Estados Unidos e China são os maiores parceiros comerciais baianos, seja exportando ou importando, o que revela o alto grau de dependência do Estado em poucos países, tornando-o mais vulnerável. Os bens intermediários são aqueles mais importados, e isso se deve basicamente à implantação das indústrias na RMS e no sul da Bahia.

Os principais segmentos exportadores foram os químicos e petroquímicos, petróleo e derivados; papel e celulose; produtos agrícolas e pecuários, representando mais de 70% de toda a exportação baiana. Os municípios que mais comercializaram com o exterior estão na RMS, voltados ao segmento químico, petroquímico e petróleo e derivados, no sul do Estado, devido à indústria de papel e celulose e oeste baiano, relacionado com a plantação de soja e derivados. Alguns poucos municípios dominam o mercado exportador, o que impede que o

Estado como um todo venha a se desenvolver de forma equilibrada, criando-se apenas pólos econômicos afastados uns dos outros em meio a um “deserto” produtivo.

Há maior grau de abertura tanto do Brasil quanto da Bahia, e isso demonstrou que há maior fluxo de comércio, ajudando a elevar a economia baiana. As políticas de abertura comercial surtiram efeito, houve evidente crescimento da economia baiana, porém deve-se ponderar que a fraca diversificação da pauta exportadora e importadora, bem como o restrito número de países de destino das exportações, tornam-na susceptíveis a grandes crises e vulnerabilidades externas em relação a suas parceiras comerciais.

REFERÊNCIAS

ALICEWEB. **Estatísticas diversas**. Disponível em:

<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/alice.asp>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

BAUMANN, R; GONÇALVES, R; CANUTO, O. **Economia Internacional** – Teoria e Experiência Brasileira. Campus, 2004.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI. Dezembro de 2011. Disponível em

<http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2011.pdf> Acesso em: 10 jun. 2012

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Indicadores estatísticos**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2012

DIAS, Rodnei Fagundes. Qual o destino das exportações baianas? **Conj. & Planej.**, Salvador, n.157, p.64-71, out./dez. 2007. Disponível em:

<http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Revista_Conjuntura_e_Planejamento/2007.4%C2%BA%20trimestre%20-%20Qual%20o%20destino%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20baianas.pdf>.

Acesso em: 20 mai. 2012

DIAS, R; PINHEIRO, B. **Análise da pauta de exportações baianas com base nos critérios da UNCTAD para os anos de 1989-1996-2005**: A inserção baiana no comércio internacional tem sido muito diferente da brasileira? Salvador. 2007. Disponível em:

<<http://www.nec.ufba.br/artigos/.html>>. Acesso em: 25 mai. 2012

DIAS, R; PINHEIRO, B. **Análise da pauta de exportações brasileiras com base nos critérios da UNCTAD para os anos de 1989-1996-2006**: como tem sido a inserção brasileira no comércio internacional? Salvador, jul. 2007. Disponível em:

<<http://www.nec.ufba.br/artigos.html>>. Acesso em: 15 mai. 2012

DORES, A.; CHAGAS, F.; MATTOS, R. **Panorama Setorial**: Setor Florestal, Celulose e Papel. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/04.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2012

Kolthammer, F. W.; Ricardo, David. **The Principles of Political Economy and Taxation**. Dover Publications-id, 2004.

KUME, H.; PIANI, G.; MIRANDA, P. Política comercial, instituições e crescimento econômico no Brasil. In: KUME, H. (Org.). **Crecimiento económico, instituciones, política comercial y defensa de la competencia en el MERCOSUR**. Montevideu: Red Mercosur, 2008. Volume 11.

_____. **Regiões econômicas**. Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/side>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

OBSTFELD, M ; KRUGMAN, P. **Economia internacional**. Addison Wesley Bra, p.10-50, 2009

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA.

Salvador: FIEB. Março de 2011. Disponível em

<http://www.fieb.org.br/Adm/FCKimagens/file/raceb_03-2011.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2012

TEIXEIRA, F ; GUERRA, O. 50 anos da Industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Revista Bahia Análise e Dados**, v. 10. Jul. 2000.

APÊNDICE

Valor das exportações baianas. Principais segmentos, Bahia - 2000-2010

Segmentos	Valor (US\$ 1000 FOB)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estado da Bahia	1.942.968	2.119.651	2.410.037	3.258.772	4.062.916	5.987.744	6.771.981	7.408.729	8.698.664	7.010.800	8.886.017
Químicos e Petroquímicos	636.095	540.359	657.518	794.275	946.491	1.152.388	1.351.022	1.580.415	1.387.220	1.333.896	1.748.595
Papel e Celulose	291.430	216.234	229.078	262.050	277.775	434.363	715.376	897.384	1.503.019	1.283.567	1.674.800
Soja e derivados	*	*	*	*	335.547	377.174	270.403	392.559	750.447	968.635	927.637
Petróleo e derivados	192.643	519.281	421.911	609.267	549.770	1.375.657	1.099.312	1.003.710	1.356.462	775.676	1.349.983
Metalúrgicos	186.840	168.768	246.173	249.806	384.872	578.294	1.029.262	1.076.546	1.173.632	623.057	649.419
Automotivo	*	*	115.608	398.673	640.719	872.186	920.652	761.556	653.803	416.577	545.344
Minerais	108.376	94.143	102.562	104.058	103.588	154.801	221.742	222.504	284.563	271.469	35.226
Cacau e Derivados	99.276	89.761	134.504	213.271	194.045	224.401	209.561	224.650	262.215	234.193	296.245
Algodão e seus subprodutos	*	*	*	*	60.299	96.112	107.654	153.150	170.127	216.217	292.797
Borrachas e suas obras	*	*	*	*	13.680	46.797	75.985	246.847	228.281	186.362	223.645
Café e especiarias	*	*	*	*	68.065	89.054	111.100	118.187	123.591	116.626	133.587
Grãos, Óleos e Ceras Vegetais	139.063	165.975	143.882	194.156	*	*	*	*	*	*	*
Frutas e Suas Preparações	36.159	43.818	52.685	80.482	74.884	103.581	115.469	138.275	156.630	114.766	132.398
Couro e Peles	23.533	33.550	48.291	58.454	72.406	71.597	92.372	108.607	104.126	86.594	109.818
Calçados e suas partes	*	*	*	*	50.816	56.032	62.489	82.542	90.334	74.009	93.863
Sisal e Derivados	44.521	38.267	34.531	53.925	62.548	63.552	79.970	84.330	93.975	69.748	65.346
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	*	*	*	*	32.012	38.826	57.670	74.994	87.599	44.315	78.471
Fumo e Derivados	15.353	14.553	14.616	17.263	16.699	18.613	24.614	22.480	28.266	20.973	26.332
Móveis e semelhantes	*	*	*	*	45.327	68.236	71.502	65.563	42.992	12.566	13.130
Pesca e aquicultura	*	*	*	*	27.539	18.118	12.067	7.597	8.298	*	*
Metais Preciosos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	304.406
Demais Segmentos	169.679	194.941	208.677	223.091	105.834	147.962	143.759	146.833	193.084	161.554	184.977

Fonte: MDIC / SECEX e PROMO-BA.

Elaboração Própria

* Os valores foram adicionados ao segmento 'Demais Segmentos'